PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

AVISO DE DISPENSA Nº 018/2025
(Processo Administrativo n.º 030/2025)

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Flora Rica - SP, por meio do Setor de Compras e Licitações, realizará Dispensa, com critério de julgamento *menor preço por lote*, na hipótese do art. 75, *inciso* II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 09/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de empresa com mão de obra especializada em pintura convencional, decorativa e artes plásticas com altos padrões de qualidade e acabamento, para reforma na Creche Municipal E.M.E.I. Profª Olga Assumpção Lima Emboava, Praça da Entrada da Cidade e as Estátuas do Presépio da Praça Central, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens/lotes, conforme tabela estimada abaixo.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VR UNIT (R$)	VR TOTAL (R$)
01	01	PINTURA CONVENCIONAL DA FACHADA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA MEDINDO (10x22m2) Obs: cores a critério da creche	M	220M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	02	PINTURA COM TINTA ESMALTE DO PORTÃO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA COM TRÊS CORES DIFERENTES Obs: cores a critério da creche	M	8.4M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	03	PINTURA CONVENCIONAL DO CHÃO DA ENTRADA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA. MEDINDO (12x4m2) Obs: cores a critério da creche	M	48M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	04	PINTURA CONVENCIONAL DO CHÃO LATERAIS E FUNDOS DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA Obs: cores a critério da creche	M	367.89M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	05	PINTURA ARTE 3D ILUSTRANDO PONTE DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (3x2m2) Obs: cores a critério da creche	M	6M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	06	PINTURA ARTE PEDAGOGICA NO CHÃO DOS FUNDOS DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA 5x2 Obs: cores a critério da creche	M	10M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	07	PINTURA COM ARTE PEDAGÓGICA NOS 3 PILARES DO PÁTIO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2.50CM Obs: cores a critério da creche	M	7.5M	SIGILOSO	SIGILOSO

	08	PINTURA ARTE 3D PAREDE EXTERNA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (3x2m2) Obs: cores a critério da creche	M	6M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	09	SINALIZAÇÃO DE CADEIRANTE NO CHÃO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (1x1m2) Obs: cores a critério da creche	M	2M²	SIGILOSO	SIGILOSO
02	**10**	PINTURA EM ARTES PLÁSTICA TIPO PAISAGEM NO LETREIRO COM O NOME DA CIDADE DE FLORA RICA. MEDINDO (6x2m2)	M	12M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	11	ARTE EM ARGAMASSA TIPO PEDRAS NATURAIS NO CANTEIRO CENTRAL E NAS LATERAIS DAS MURETAS QUE FICA PARALELO A CALÇADA NA ENTRADA DA CIDADE MEDINDO (130x1m2)	M	130M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	12	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SEIS BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (3x3M)	M	9M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	13	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SEIS BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (1x40M)	M	40M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	14	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM 18 BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (4x4M)	M	16M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	15	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SETE BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (2x2M)	M	4M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	16	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM QUATRO BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (1.40x1M)	M	1.40M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	17	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM BASE CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (3x3M)	M	9M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	18	PINTURA COM TINTA ESMALTE DE UMA LIXEIRA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (2x1M)	M	2M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	19	PINTURA COM TINTA ESMALTE DAS ESTRUTURAS METÁLICAS GUARDA CORPO NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (260M)	M	260M	SIGILOSO	SIGILOSO
	20	PINTURA CONVENCIONAL NAS CALÇADAS DA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE MEDINDO (260M)	M	260M	SIGILOSO	SIGILOSO
	21	MANUTENÇÃO DE ESTÁTUAS DANIFICADAS COM USO DE (ARGAMASSA, ETC)	UN	10	SIGILOSO	SIGILOSO
	22	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS PEQUENOS NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 60 UNIDADES DE (0.10 A 0.30 CM)	UN	60	SIGILOSO	SIGILOSO
	23	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS MEDIOS NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 140 UNIDADES (0.30 A 1M)	UN	140	SIGILOSO	SIGILOSO

	24	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS GRANDE NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 3 UNIDADES (1M A 3M)	UN	3	SIGILOSO	SIGILOSO

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por lote,* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de Proposta através do endereço eletrônico licitacao@florarica.sp.gov.br, até a data e horário limite estabelecido neste aviso.

2.1.1. Fica-se estipulado o prazo para envio de propostas a partir das **08h do dia 10/04/2025 até as 17h do dia 14/04/2025.**

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

3.1. Encerrada a fase de recebimento de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

3.2. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

4.2. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a autorização de contratação, caso seja concluída a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

5.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas na lei.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O procedimento será divulgado no endereço eletrônico www.florarica.sp.gov.br.

7.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

7.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas, observarão o horário de Brasília-DF.

7.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

7.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.6. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.6.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
7.6.2. ANEXO II - Termo de Referência;
7.6.3. ANEXO III – Minuta do Contrato;
7.6.4. ANEXO IV - LC-01 - Termo de Ciência e de Notificação
7.6.5. ANEXO V - LC-02 - Declaração de Documentos à Disposição Do TCE-SP.

Flora Rica, 09 de abril de 2025.

FÁBIO LUIZ FLORENTINO DE FARIA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4. Comprovação de Experiência Profissional:

a) A empresa interessada na contratação deverá comprovar sua capacitação técnica para a execução dos serviços propostos mediante a apresentação de mídias comprobatórias (imagens e/ou vídeos) de trabalhos anteriores de natureza semelhante.

As mídias deverão evidenciar, de forma clara e objetiva, a experiência da empresa na execução de serviços de pintura com características compatíveis às previstas neste termo, contemplando:

- A preparação de superfícies (limpeza, lixamento, aplicação de primers ou selantes, etc.);
- A aplicação de pintura em camadas (base, acabamento e detalhes decorativos, quando aplicável);
- A utilização de técnicas específicas (como pintura artística, arte 3D, pintura pedagógica, entre outras);
- A qualidade dos acabamentos e o atendimento às exigências técnicas dos projetos executados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa com mão de obra especializada em pintura convencional, decorativa e artes plásticas com altos padrões de qualidade e acabamento, para reforma na Creche Municipal E.M.E.I. Profª Olga Assumpção Lima Emboava, Praça da Entrada da Cidade e as Estátuas do Presépio da Praça Central, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VR UNIT (R$)	VR TOTAL (R$)
01	01	PINTURA CONVENCIONAL DA FACHADA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA MEDINDO (10x22m2) Obs: cores a critério da creche	M	220M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	02	PINTURA COM TINTA ESMALTE DO PORTÃO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA COM TRÊS CORES DIFERENTES Obs: cores a critério da creche	M	8.4M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	03	PINTURA CONVENCIONAL DO CHÃO DA ENTRADA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA. MEDINDO (12x4m2) Obs: cores a critério da creche	M	48M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	04	PINTURA CONVENCIONAL DO CHÃO LATERAIS E FUNDOS DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA Obs: cores a critério da creche	M	367.89M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	05	PINTURA ARTE 3D ILUSTRANDO PONTE DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (3x2m2) Obs: cores a critério da creche	M	6M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	06	PINTURA ARTE PEDAGOGICA NO CHÃO DOS FUNDOS DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA 5x2 Obs: cores a critério da creche	M	10M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	07	PINTURA COM ARTE PEDAGÓGICA NOS 3 PILARES DO PÁTIO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA MEDINDO APROXIMADAMENTE 2.50CM Obs: cores a critério da creche	M	7.5M	SIGILOSO	SIGILOSO
	08	PINTURA ARTE 3D PAREDE EXTERNA DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (3x2m2) Obs: cores a critério da creche	M	6M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	09	SINALIZAÇÃO DE CADEIRANTE NO CHÃO DA CRECHE MUNICIPAL E.M.E.I PROFª OLGA ASSUMPÇÃO LIMA EMBOAVA (1x1m2) Obs: cores a critério da creche	M	2M²	SIGILOSO	SIGILOSO

02	**10**	PINTURA EM ARTES PLÁSTICA TIPO PAISAGEM NO LETREIRO COM O NOME DA CIDADE DE FLORA RICA. MEDINDO (6x2m2)	M	12M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	11	ARTE EM ARGAMASSA TIPO PEDRAS NATURAIS NO CANTEIRO CENTRAL E NAS LATERAIS DAS MURETAS QUE FICA PARALELO A CALÇADA NA ENTRADA DA CIDADE MEDINDO (130x1m2)	M	130M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	12	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SEIS BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (3x3M)	M	9M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	13	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SEIS BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (1x40M)	M	40M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	14	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM 18 BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (4x4M)	M	16M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	15	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM SETE BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (2x2M)	M	4M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	16	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM QUATRO BASES CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (1.40x1M)	M	1.40M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	17	PINTURA COM TINTA LÁTEX EM BASE CIMENTICIA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (3x3M)	M	9M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	18	PINTURA COM TINTA ESMALTE DE UMA LIXEIRA NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (2x1M)	M	2M²	SIGILOSO	SIGILOSO
	19	PINTURA COM TINTA ESMALTE DAS ESTRUTURAS METÁLICAS GUARDA CORPO NA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE (260M)	M	260M	SIGILOSO	SIGILOSO
	20	PINTURA CONVENCIONAL NAS CALÇADAS DA PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE MEDINDO (260M)	M	260M	SIGILOSO	SIGILOSO
	21	MANUTENÇÃO DE ESTÁTUAS DANIFICADAS COM USO DE (ARGAMASSA, ETC)	UN	10	SIGILOSO	SIGILOSO
	22	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS PEQUENOS NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 60 UNIDADES DE (0.10 A 0.30 CM)	UN	60	SIGILOSO	SIGILOSO
	23	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS MEDIOS NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 140 UNIDADES (0.30 A 1M)	UN	140	SIGILOSO	SIGILOSO
	24	PINTURA REALISTA DE ESTÁTUAS E BICHOS CIMENTÍCIO DE TAMANHOS GRANDE NA ENTRADA DA CIDADE E NAS ESTATUAS DO PRESEPIO DA PRAÇA DO CENTRO CONTENDO UM TOTAL DE 3 UNIDADES (1M A 3M)	UN	3	SIGILOSO	SIGILOSO

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como objetivo a execução de serviços de pintura e manutenção em estruturas públicas do município de Flora Rica, abrangendo a Creche Municipal E.M.E.I. Profª Olga Assumpção Lima Emboava, a Praça da Entrada da Cidade e as Estátuas do Presépio da Praça Central.

2.1.1. A medida se faz necessária em razão dos desgastes naturais e danos provocados pelas condições climáticas ao longo do tempo, como descolamento de tinta, desbotamento de cores, corrosão de metais, fissuras em superfícies cimentícias e deterioração de estátuas decorativas. Tais problemas afetam diretamente a estética, a segurança e a funcionalidade dos espaços públicos, além de impactar negativamente a percepção da comunidade sobre a conservação dos bens municipais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta contempla a contratação de empresa especializada para execução de serviços de pintura convencional, artística e restauração em equipamentos públicos do município de Flora Rica, abrangendo a Creche Municipal E.M.E.I. Profª Olga Assumpção Lima Emboava, a Praça da Entrada da Cidade e as Estátuas do Presépio da Praça Central.

3.1.1. Diante da diversidade de intervenções exigidas — que vão desde pintura de fachadas, pisos e estruturas metálicas até a aplicação de arte 3D, arte pedagógica e restauração de esculturas — opta-se por uma solução que unifica a execução sob responsabilidade de um único prestador em lotes, especializado e com experiência comprovada, garantindo padronização na qualidade, otimização de prazos e eficiência na gestão dos serviços.

3.2. A contratação por meio de processo de dispensa, conforme a legislação vigente, permitirá a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando:

- **Capacidade técnica comprovada** por meio de mídias (fotos e vídeos) e atestados de serviços similares, se necessário;
- **Execução especializada**, com domínio de técnicas diversas como pintura com tinta esmalte, tinta látex, arte 3D, pintura pedagógica e aplicação de efeitos com argamassa;
- **Qualidade estética e funcional**, promovendo a revalorização de espaços públicos, o fortalecimento da identidade visual do município e o bem-estar da população usuária dos ambientes revitalizados.

3.3. A centralização dos serviços representa, portanto, a melhor escolha técnica e economicamente viável, pois permite à Administração acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução de forma integrada, assegurando a homogeneidade nos materiais utilizados, o cumprimento das especificações técnicas e o atingimento dos objetivos propostos de forma eficaz e sustentável.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos

a) Capacitação Técnica Comprovada: A empresa deverá comprovar experiência prévia na execução de serviços similares por meio da apresentação de:

- Mídias comprobatórias (fotos e/ou vídeos) de serviços anteriormente executados, contendo registros de todas as etapas (preparação de superfícies, execução da pintura, finalização e acabamento);

b) Equipe Qualificada: A empresa deverá dispor de profissionais qualificados e capacitados para a realização dos serviços propostos, com domínio de técnicas específicas como pintura artística (3D e pedagógica), pintura em superfícies metálicas, cimentícias e esculturas em argamassa, além de intervenções de restauração.

c) Adequação às Normas Técnicas: Todos os serviços deverão obedecer às normas da ABNT e às melhores práticas do setor, especialmente no que tange à segurança, acessibilidade, proteção de superfícies, durabilidade e qualidade estética.

4.2. Requisitos Operacionais

a) Responsabilidade pela Mão de Obra: Toda a mão de obra empregada na execução dos serviços será de responsabilidade exclusiva da contratada, inclusive quanto a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários.

4.3. Requisitos de Comunicação e Relatórios

a) Registro das Etapas da Execução: Durante a realização dos serviços, a empresa deverá manter registros visuais (fotos e vídeos) atualizados, demonstrando o andamento das etapas conforme planejamento, os quais serão exigidos como parte do acompanhamento e fiscalização por parte da Administração.

4.4. Condições de Fornecimento de Materiais

4.4.1. A Prefeitura Municipal de Flora Rica será responsável pelo fornecimento integral de todas as tintas, argamassas, materiais e insumos necessários para a execução dos serviços;

4.4.2. A contratada será responsável pelo correto armazenamento, manuseio e aplicação dos insumos fornecidos, garantindo o uso eficiente e adequado conforme as especificações técnicas de cada item.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **LOCAL ONDE OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS:**

a) **CRECHE MUNICIPAL - E.M.E.I PROFª OLGA LIMA ASSUMPÇÃO EMBOAVA** Rua Tabajara, nº 519.
b) **PRAÇA DA ENTRADA DA CIDADE** – Avenida Dr. João Veloso, S/N

c) **PRESÉPIO DA PRAÇA CENTRAL** – Cruzamento ente a Rua Vereador Raimundo Antônio de Abreu com a Rua Prefeito José Mesquita do Rosário

5.2. A empresa contratada deverá realizar os serviços de forma sequencial e técnica, conforme descrito a seguir:

5.2.1. Preparação das Superfícies: Limpeza completa das áreas a serem pintadas, remoção de sujeira, tinta antiga ou verniz, correção de fissuras e aplicação de seladores ou primers quando necessário, garantindo aderência e durabilidade.

5.2.2. Execução da Pintura: Aplicação das camadas de tinta conforme o tipo de superfície e projeto: base, acabamento e detalhes. Utilização de tintas adequadas (esmalte, látex, artística, etc.), respeitando as cores e técnicas exigidas (inclusive arte 3D e pedagógica).

5.2.3. Restauração de Estátuas e Detalhes Decorativos: Reconstrução de partes danificadas com uso de argamassa e acabamento fino. Em seguida, pintura realista para valorização estética e preservação cultural.

5.2.4. Finalização e Acabamento: Correção de imperfeições, retoques finais e limpeza do local. A entrega deve demonstrar uniformidade, qualidade visual e fidelidade ao projeto aprovado.

5.2.5. Registro e Documentação: A empresa deverá manter registro fotográfico e/ou em vídeo de cada etapa e apresentar relatórios com comprovação da execução para fins de fiscalização e medição.

5.3. Responsabilidade pela qualidade da aplicação das tintas e técnicas utilizadas;

5.3.1. Correção, às suas expensas, de qualquer falha ou serviço executado em desacordo com o projeto ou com as boas práticas técnicas;

5.3.2. Garantia mínima de 12 (doze) meses quanto a durabilidade dos serviços executados.

5.4. A empresa vencedora deverá realizar a execução de serviços, conforme solicitação e no local determinado pelo setor requisitante, em até **60 (sessenta) dias corridos** contados do pedido.

5.4.1. O fornecimento dos serviços objeto deste Termo dar-se-á partir da emissão de Contrato Administrativo de acordo com as necessidades deste município e terá validade de **03 (três) meses**.

5.5. Por ocasião da execução e fornecimento dos serviços, caso o serviço apresentado não atenda às especificações técnicas do objeto, poderá a CONTRATANTE rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a correção no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, conforme Portaria de Nomeação nº 62/2024, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

> 7.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. As exigências para contratação serão: habilitação jurídica; comprovação de regularidade fiscal, social, trabalhista; qualificação econômico-financeira e comprovação de experiência profissional.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação será de **R$ 30.678,77 (trinta mil, seiscentos e setenta e oito reais e setenta e sete centavos).**

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas provenientes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, abaixo discriminada:

Estrutura Orçamentária		02.07.01 – SETOR DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Funcional-Programática		15.452.0012.2031 – MANUT. SETOR DE OBRAS, HABIT. E SERVIÇOS URBANOS	
Ficha	178	**Categoria Econômica**	3.3.90.39
Fonte de Recursos	01		

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA** E A EMPRESA **********.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA, Estado de São Paulo, situada à Rua Simão de Oliveira, nº 150, na cidade de Flora Rica, Estado de São Paulo, CNPJ n.º 44.925.279/0001-90, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Luiz Florentino de Faria, residente e domiciliado em Flora Rica, Estado de São Paulo, portador do RG n.º 22.505.596-X SSP/SP, e CPF n.º 204.514.818-10, denominada de CONTRATANTE e a empresa **********, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº *******, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, com sede em **********, Estado de ********, na Rua ********, nº ***, Bairro *******, CEP ******-***, representado nesta oportunidade pelo Sr. (a) **********, RG nº ********** SSP/**, CPF nº ********, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Municipal nº 13/2025 e demais normas pertinentes, firmam o presente contrato de prestação de serviços, em conformidade com a Dispensa de Licitação nº ***/2025 – Processo nº ***/2025, sendo que o mesmo passará a viger pelos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento, celebrado com base na Lei Federal nº 14.133/2021, tem por objetivo a **********.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
1.2.2. Autorização de Contratação Direta; e
1.2.3. A Proposta do Contratado; e
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ** (****) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA –PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R$ *******,** (*********) conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VR UNIT (R$)	VR TOTAL (R$)
01					
...					
...					
...					

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a emissão da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.1.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC/FIPE/SP de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **** (*****) meses** contado da data do orçamento estimado, **em **/**/2025**.

6.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC/FIPE/SP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII e art. 96 e segs.)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. **Multa:**

a) moratória de 0,5 % **(cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação dos serviços**, limitado a 30 (trinta) dias, ultrapassado os quais a CONTRATANTE deverá promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes com a execução deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento do exercício corrente:

Estrutura Orçamentária			
Funcional-Programática			
Ficha		**Categoria Econômica**	
Fonte de Recursos			

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 09, de 24 de fevereiro de 2023 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Pacaembu, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Flora Rica/SP, ** de ***** de 2025.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
CONTRATANTE
Fabio Luiz Florentino de Faria
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

_____

********** (razão social)
CONTRATADA
****
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

RG. n.º: RG. n.º:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

ANEXO IV

LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) *(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)*

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA-SP
CONTRATADO: **********
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ***/2025

OBJETO: **********

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Flora Rica, ** de *** de 2025**

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Fabio Luiz Florentino de Faria
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 204.514.818-10
Assinatura:_____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGACÃO DO CERTAME OU RATIFICACÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITACÃO:
Nome: Fabio Luiz Florentino de Faria
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 204.514.818-10
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome: Fabio Luiz Florentino de Faria
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 204.514.818-10
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: **********
Cargo: Representante legal
CPF: **********
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Fabio Luiz Florentino de Faria
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 204.514.818-10
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: **********
Cargo: **********
CPF: **********
Assinatura: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Processo de Dispensa de Licitação
Nome: Thiago Luiz Pigari
Cargo: Diretor de Compras e Licitação
CPF: 230.999.478-22
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORA RICA
Estado de São Paulo
"Prefeito Rolando Emboava da Costa"
Rua Simão de Oliveira, 150 – Centro – CEP. 17.870-000
CNPJ. 44.925.279/0001-90
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br

ANEXO V

LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Flora Rica.
CNPJ Nº: 44.925.279/0001-90
CONTRATADA: **********
CNPJ Nº: **********
CONTRATO N° (DE ORIGEM): ***/2025
DATA DA ASSINATURA: ** de ***** de 2025
VIGÊNCIA: ** (*****) meses a contar da assinatura do contrato.
OBJETO: **********

VALOR (R$): ******,** (**********).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Flora Rica/SP, ** de ******** de 2025.

_____
Fabio Luiz Florentino de Faria
Prefeito Municipal de Flora Rica
E-mail: prefeitura@florarica.sp.gov.br
CONTRATANTE

_____
****
Representante Legal
E-mail:
CONTRATADA